

Representações dos *Ciompi* no humanismo cívico florentino e as transformações da idéia de *res publica* (1378-1434)

JULIA DO ESPÍRITO SANTO BAPTISTA*

O final do século XIV, na Europa, foi marcado por uma série de turbulências nas relações entre as monarquias, repúblicas, principados e domínios papais. Eugenio Garin (1996, p 25) destaca em seu livro *Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano* que o momento era dramático, já que a Guerra dos Cem Anos atingira um momento crítico, com os ingleses quase rechaçados para o mar; a Igreja afligia-se entre Avignon e o cisma. Na península itálica, Barnabò Visconti disputava com seu sobrinho Gian Galeazzo o controle de Milão, enquanto isso Veneza e Gênova guerreavam e o fim da guerra entre o papa Gregório XI e Florença seguiria com os palácios florentinos incendiados pelos Ciompi. Além destas, várias revoltas urbanas eclodiram no século XIV, como por exemplo, a revolta de Gand em 1381 e a de Paris em 1357, liderada por Etienne Marcel.

O objetivo desta apresentação é analisar tumulto dos Ciompi e sua representação a partir do exame da *História do povo florentino* de Leonardo Bruni, escrita no século XV, da *Storie Fiorentine* de Francesco Guicciardini e da *História de Florença* de Nicolau Maquiavel, ambas escritas no início do século XVI. Busca-se compreender como estas representações¹ contribuiriam para a configuração de uma nova ideia de *res publica* na Florença do início do século XV.

Trata-se, assim, do conjunto de textos tomado pelo historiador alemão Hans Baron em sua obra da década de 1950, *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, como constitutivos do "humanismo cívico" florentino. Sem corroborar todas as hipóteses de Baron sobre o "humanismo cívico" – especialmente aquelas concernentes à

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1 Sobre a questão das representações coletivas, conferir: CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". In: *À beira da falésia*, p.72. "Tentar superá-las [as divisões entre 'objetividade das estruturas' e 'subjetividade das representações'] exige, primeiramente, considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras 'instituições sociais', incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social [...], mas também considerar, corolariamente, essas representações coletivas como as matrizes práticas que constroem o próprio mundo social".

gênese do movimento (na guerra contra as forças milanesas de Gian Galeazzo Visconti) e à sua oposição a um humanismo retórico (partindo do princípio de que o humanismo cívico era profundamente retórico)² –, entendemos que o conceito nos ajuda a compreender as transformações em torno das definições de república e liberdade na Florença da primeira metade do século XV, em um momento de renovação e consolidação dos valores *ottimati*³ das elites dirigentes florentinas, em resposta ao que entendiam ser um profundo desequilíbrio do corpo político gerado pelos Ciompi. A estes, Maquiavel, escrevendo na segunda década do século XVI, chamou os artesãos subordinados à Arte da Lã.

Embora o tumulto mencionado acima tenha recebido seu nome a partir da Arte da Lã, ela englobou diversos trabalhadores integrantes da *plebe minuta*⁴. As Artes eram corporações de ofício divididas em Maiores e Menores⁵ e para cada uma, um magistrado era escolhido e a este caberia estabelecer a justiça aos civis inseridos nela. Entretanto, grande parte da população não estava inserida nestas Artes, e a estes Maquiavel denominava de plebe. Esta era constituída pelos que não tinham corporações próprias, precisando se submeter à outras Artes.

Diversos fatores contribuíram para o estopim do tumulto dos Ciompi, entre eles a guerra contra o papa, a chamada Guerra dos Oito Santos, que aumentou a tributação e a dívida pública. O filósofo Newton Bignotto (2001, p 83) ressalta que Gregório XI contratou tropas mercenárias compostas por ingleses e bretões para lutar ao seu lado no projeto expansionista conduzido pelo Estado papal desde a metade do século XIV. Os florentinos estavam certos de que o ataque era eminente e instituíram, em agosto de

2 O humanismo cívico, na visão de Baron e seus seguidores, se opõem ao “humanismo retórico”, tido como apolítico, do século XIV, através de sua origem historicamente delimitada na guerra contra Milão, e por uma identificação plena entre os textos humanistas e a realidade republicana florentina. Entendemos o humanismo cívico como retórico na medida em que seu discurso promoveu a mudança de entendimento da aristocracia florentina, ajudando-a a ver sua política, não como um conjunto agregado de decisões de corporações definidas por uma ordem jurídica medieval, mas sim como um estado soberano secular liderado por uma aristocracia da virtude. Cf. HANKINS, James. (org.). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

3 Eram os representantes legítimos da aristocracia quatrocentista florentina, compostos pelas famílias tradicionais.

4 Ao longo do livro *História de Florença*, Maquiavel os distingue utilizando diversos nomes, tais como: *plebe*, *ínfima plebe*, *popolo minuto*, *plebe minuta*, entre outros.

5 As Artes Maiores eram compostas por juizes e notários, mercadores, banqueiros, produtores de lã, seda, médicos e droguistas, coureiros e peleteiros, e as Menores por cabriteiros, sapateiros, ferreiros e forjadores, curtidores, canteiros e marceneiros, vinhateiros, padeiros, azeiteiros, linheiros, serralheiros, couraceiros, arreeiros, lenhadores e albergueiros.

1375, uma magistratura extraordinária composta por oito magistrados. Além deste fato, a baixa produção da lã provocou restrições aos trabalhadores e aumento do índice de desemprego.

A revolta se instaurou entre junho e agosto do ano de 1378. Os revoltosos, compostos tanto por uma parcela da plebe como por aristocratas descontentes com a política, incendiaram diversas casas de integrantes do partido Guelfo⁶; inclusive, seu líder, Lapo de Castiglionchio, teve de fugir de Florença. Os Ciompi tinham o apoio dos Oito (magistratura composta por membros da aristocracia, banqueiros e mercadores) e, mesmo não sendo inicialmente a força dirigente do movimento, foram, sem dúvida, a parte mais radical, já que graças a eles o movimento não se limitou a atacar somente os Guelfos, mas também alguns outros integrantes da aristocracia bem como igrejas e monastérios, com a finalidade de saque. Os ecos do movimento foram ouvidos em diversas cidades italianas, nas quais “a maioria dos cronistas forasteiros sublinha o caráter anti aristocrático do movimento de junho”. (RUTENBURG, 1986, p 2)

Mesmo com o poder político nas mãos dos *popolani grassi* e dos *potentes*⁷, graças ao enfraquecimento da aristocracia feudal e seus sucessivos esforços para conter sublevações posteriores, os motins continuaram, já que os trabalhadores não obtiveram nenhuma melhoria. As reivindicações dos Ciompi, a partir de julho, buscavam direitos políticos (participação de dois representantes do *popolo minuto* no Priorato, sendo um deles nomeado como Gofaloneiro de Justiça, além de três postos na comissão governativa dos Dodici Buoni Uomini e de quatro postos entre os Gofaloneiro da Milícia dos Comuns), o que os tornava integrantes de ¼ de todas as instâncias políticas do governo, além de um aumento de 50% dos salários. Vemos que o que se pretendia não era por fim ao *popolo grasso*, mas sim a aquisição dos mesmos direitos políticos.

No mesmo mês de julho, os Ciompi invadiram o palácio da Podestade, expulsando os priori⁸, sendo a primeira vez na história de Florença que o *popolo minuto*

6 Guelfos e Gibelinos eram facções políticas que disputavam o poder em Florença, na qual os guelfos possuíam maioria. Sua nomenclatura teve origem no século XII, quando surgiu um conflito na disputa pela sucessão do Império Romano-Germânico. Os guelfos e o Papa apoiavam a casa da Baviera e Saxônia, enquanto os gibelinos eram partidários da casa da Suábia dos Hohenstaufen. Essas facções eram compostas por membros da aristocracia.

7 Membros das aristocracias dirigentes da cidade florentina.

8 Os Priori eram os nove integrantes que compunham a Senhoria, escolhidos entre os mais conceituados membros das associações de comerciantes, trabalhadores e artesãos da cidade através de um sorteio.

entrou em uma residência de governo. Os revoltosos agiram com “semelhante combinação de método de luta revolucionária com a tentativa de legalização pela via constitucional” (RUTENBURG, 1986, p 9). Os Senhores tentaram um acordo com os rebeldes, mas acataram seus pedidos desde que se cessassem os tumultos, além de, também, abandonarem o palácio.

Um novo gonfaloneiro de justiça foi escolhido, o cardador de lã Michele di Lando. Vale destacar que a medida mais importante desse novo governo foi a criação de novas artes visando abarcar tanto os trabalhadores que não se situavam em nenhuma outra, quanto os membros de outras artes que não desfrutavam de plenos direitos políticos. Os tumultos cessaram e o novo gonfaloneiro, como descreve Maquiavel, em suas *Histórias de Florença* – composta mais de um século após os tumultos, entre 1520 e 1525 –, “destituiu os representantes das Artes e nomeou outros, privou do mandato os Senhores e o Colégio e queimou as bolsas do escrutínio do último governador” (MAQUIAVEL, 2007, p 193). Assim como estes, os Oito da Guerra também foram expulsos e uma nova Senhoria foi formada, com o estado dividido em três partes: Artes Novas, Artes Menores e Artes Maiores.

Entretanto, Michele di Lando associou seus interesses àqueles do *popolo grasso* e os Ciompi não mais se sentiram representados por ele, elegendo assim, em agosto, outra Senhoria e outros priori. Ao enviarem seus novos representantes ao Palácio da Senhoria, um deles é morto, outro consegue fugir e os demais são presos. Uma nova batalha se instaura entre os Ciompi e Michele di Lando e seus aliados, na qual os Ciompi são fortemente reprimidos, sendo uma parte obrigada a deixar Florença e outra a depor as armas e esconder-se.

As novas conquistas foram revistas, com a anulação do mandato à Senhoria de dois integrantes do *popolo minuto*, bem como a sua Arte, e lhes privaram o direito de assumir cargos públicos. Além disso,

dividiram os cargos honrosos em duas partes, consignando uma às Artes Maiores e outra às Artes Menores, mas entre os Senhores sempre deveria haver cinco artífices menores e quatro maiores, pertencendo o ganfaloneiro ora à uma das Artes, ora à outra. (MAQUIAVEL, 2007, p 197)

Essa situação de governo foi favorecida por aqueles que desejavam afastar ainda mais o partido Guelfo do poder, como Bennedeto Alberti, Salvestro de' Medici e Tommaso Strozzi, integrantes do *popolo grasso*.

Francesco Guicciardini escreveu sobre o tumulto dos Ciompi no início do século XVI, em suas *Storie fiorentine*, onde procura entender o declínio dos valores centrais que davam sentido à aristocracia florentina, para, ao mesmo tempo, definir certos mecanismos capazes de incidir no estabelecimento de um bom governo. Partindo dos Ciompi o autor exemplifica que o republicanismo popular proporcionara desmando e caos, o que poderia levar Florença à ruína. Para o autor, o período áureo da república florentina ocorrera entre a derrocada dos Ciompi, em 1382, e a ascensão de Cosimo de' Medici, em 1434. Ao tratar dos conflitos externos enfrentados por Florença nesse período, o autor ressalta que

finalmente tiveram muitos sucessos, e esta cidade se manteve livre, unida e governada por homens de bem e bons e valentes, e fora, que é defendida de inimigos potentíssimos e foi ampliaram ainda o império, que meritamente se diz que aquele era o mais sábio, o mais glorioso, o mais feliz governo que por algum tempo teve a nossa cidade. (GUICCIARDINI, 1998, p 80)

Para Guicciardini, a eclosão dos Ciompi foi provocada, principalmente, pela divisão dos cidadãos que participavam efetivamente da condução dos assuntos públicos. Alguns aristocratas insatisfeitos com a permanência dos *Oito de Guerra* na gerência da cidade, após sucessivas eleições, se aliaram à *plebe minuta* para alçar o poder político. Entretanto, o que podemos observar foi à instauração de um governo popular, já que mesmo com as alianças os Ciompi, ao tomarem o poder, não se mantiveram sob o arbítrio dos Oito. Desta forma, percebemos que para o autor o governo dos Ciompi era alicerçado nas diversas corporações de ofício, constituindo um governo das multidões e não dos *nobili* (GUICCIARDINI, 1998, p 78), o que descaracterizava o ideal de governo republicano defendido pelo mesmo, no qual este deve ser gerido por homens de boa reputação, virtuosos, dotados de experiência e considerados sábios.

Assim como Guicciardini, diversos outros autores trataram do tumulto dos Ciompi em suas obras sobre a cidade de Florença, tais como Leonardo Bruni, Gian Francesco Poggio Bracciolini e Nicolau Maquiavel. Este último, no prefácio de suas *Istorie Fiorentine* evidenciou a necessidade de se escrever uma história florentina diferente daquelas escritas por Bruni e Poggio, na medida em que estes

foram muitíssimo diligentes na descrição das guerras travadas pelos florentinos contra príncipes e povos estrangeiros, mas que, no que se refere às discórdias civis e às inimizades internas, bem como aos seus efeitos, eles calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum. (MAQUIAVEL, 2007, p 7)

Percebemos, portanto, a importância do estudo das divergências internas vivenciadas por uma sociedade para a composição de suas instituições, seus costumes e seus hábitos político-militares.

Gostaríamos de salientar também a importância de Leonardo Bruni e sua *História do povo florentino*, pois esta fora escrita no início do século XV, poucas décadas após o evento e por aquele que fora chanceler da república de Florença nos anos em que escrevera seu livro.

A respeito do tumulto dos Ciompi, Bruni destaca a discórdia interna vivenciada por Florença, na qual percebe a origem do tumulto nas desavenças entre o partido Guelfo e os Oito da Guerra, acrescida pela Lei de Admoestação, na qual excluía os adversários dos cargos políticos (SESTAN, 1981, p 128). Para Bruni, a presença da plebe se dava devido ao apetite pelas riquezas e bens dos *uomini onorati*, e não buscavam nada além do roubo, assassinato e expulsão dos cidadãos honrados. Desta forma, espera que esse motim se transforme em um exemplo perpétuo visto que, quando as multidões se armam, forçam o governo a ceder aos seus caprichos, e por serem mais numerosas se tornam mais poderosas. Acima de tudo, sua principal consideração a esse respeito consiste em ressaltar que os principais cidadãos acabam por agir de forma sediciosa ao concederem aquilo que as classes mais baixas solicitam. Para Bruni, a ideia de república se constitui a partir do modelo negativo dos Ciompi — a história ensina, instruindo os homens, porém a partir de exemplos do que não fazer. É a *história magistra vitae*, a história como fonte de exemplos: “seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um continuum histórico de validade geral”. (KOSELLECK, 2006, p 43)

Percebemos, portanto, que para Bruni o problema central do tumulto consiste nas concessões feitas aos membros das classes mais baixas, que se tornam os senhores da cidade. Michele di Lando, por conseguir conter os tumultos, passa a ser visto por Bruni como um homem virtuoso, apesar de ser proveniente das classes baixas e ser artesão, já que não cedeu aos caprichos da multidão. E mesmo o considerando virtuoso e reconhecendo a sua relevância no apaziguamento dos conflitos em 1378, o autor não o qualifica como *prudente*, pois para ele a prudência estaria atrelada ao bom nascimento. Diferente deste, Maquiavel qualifica Michele di Lando como um homem de extração

baixa, sagaz e prudente, que apaziguou a cidade e pôs fim aos tumultos, e cujas qualidades eram devidas mais à sua natureza do que à fortuna. Para Maquiavel

a nobreza da extração familiar não é garantia de bom juízo. Somente a argúcia analítica, a atenção à variedade das coisas do mundo e a tentativa de antever as possíveis ações de outros agentes, critérios necessariamente associados à eloquência, conformam premissas capazes de alicerçar um juízo prudencial efetivo.(TEIXEIRA, 2008, p 197)

A *História de Florença* escrita por Nicolau Maquiavel no início do século XVI foi, durante muitos anos, a principal versão da rebelião de 1378, devido a sua riqueza de particularidades, nunca vista em nenhuma outra obra acerca do assunto (SESTAN, 1981, p 132). Para Maquiavel, o motim dos Ciompi, na história florentina, teria sido algo temporário, um episódio. Mas, diferentemente dos demais autores citados, Maquiavel não vê o tumulto como um movimento estritamente calcado no descontentamento da *plebe minuta* em relação à aristocracia. O autor destaca as causas políticas, sociais e, principalmente, as morais do conflito.

A igualdade política almejada pelos revoltosos, bem como a dignidade, é posta em destaque pelo autor ao dar voz em sua obra ao discurso de um dos revoltosos, no qual este exalta que não há diferenças entre os homens da plebe e da aristocracia, somente as vestes os separam. Caso estas fossem trocadas, já não se saberia quem é quem (MAQUIAVEL, 2007, p 185). Fica evidente que Maquiavel, além da preocupação comum aos demais autores com a estabilidade política da República, busca analisar o discurso dos revoltosos para o ocorrido. Enfatiza os conflitos sociais e as disputas internas ocorridas em Florença. Isto pois, as inimizades são consideradas naturais a todas as cidades, particularmente, aquela entre os *grandi* e o *universale* (ou *popolo*). Entretanto, para ele, deve-se sempre procurar a concórdia, já que o fim do governo é a união e paz do povo, como também afirmava Girolamo Savonarola em seu *Tratatto sul governo di Firenze*.

Vale a pena destacar que não se trata de compreendermos os conceitos de república e de liberdade a partir do liberalismo moderno, mas sim buscando as especificidades históricas dessas categorias, como representadas nos textos referidos.

Na *História do povo florentino*, Bruni pensa a *res publica* como um sistema de liberdades, no qual a questão principal é a manutenção de Florença como um corpo político livre frente aos ataques externos e apta para realização de sua expansão territorial. A república deveria ser administrada por homens de bom nascimento,

possuidores de prudência e virtude. Bruni teve sua carreira marcada tanto pela intensa participação civil na vida política de Florença quanto pela elaboração de diálogos, traduções e tratados fundamentais para a afirmação da singularidade da República de Florença. Isto em função do destaque de elementos como o caráter natural tanto da liberdade quanto da igualdade entre os florentinos, decorrentes da origem republicana da cidade, fundada no apogeu de Roma. Defende a igualdade de oportunidade para se participar da república, mas não a igualdade de direitos para os integrantes das guildas participarem dela. Para Bruni, a liberdade “dá origem ao único sistema justo: a república”. (BIGNOTTO, 1991, p 28)

Já Guicciardini, em suas *Histórias Florentinas*, procurava no passado florentino, período tido como de glórias e conquistas, ordem e justiça, virtude e liberdade, o modelo a partir do qual se pudesse reerguer uma república fundamentada em valores *ottimati*, oposta ao “governo largo” que prevalecia no momento em que redigia esta obra, no início do século XVI. Assim como Bruni, ele ressalta a liberdade da cidade florentina como uma de suas principais características. O autor defende o governo aristocrático, fundamentado na concórdia e na sabedoria de seus governantes. Guicciardini escreve suas histórias (1508-1510) durante o conturbado momento em que Florença vive uma república popular extremamente instável, instaurada em 1494 após a expulsão de Piero de’ Medici. Entretanto, a degradação dos valores republicanos florentinos se iniciara bem antes, com a primazia dos Medici nas diversas magistraturas cidadinas desde 1434.

Desta forma, diferente de autores do *quattrocento*, tanto Guicciardini quanto Maquiavel não podiam elogiar ou defender o momento que vivenciavam. Este último, mesmo acreditando em uma origem diferente para a cidade de Florença⁹, exalta o apego à liberdade, que teria sido desde sempre, um dado efetivo da realidade florentina.

A república pensada por Maquiavel está pautada em elementos como a virtude e a prudência de seus administradores, sem a vinculação desses preceitos ao bom nascimento ou ao pertencimento aos *ottimati*. A prudência agiria em oposição à fortuna, já que esta “pode ser vencida com a prudência, pondo-se freio à ambição desses homens, anulando-se as ordenações que alimentaram as facções e prendendo aqueles

9 Maquiavel diverge de Bruni ao destacar o caráter cativo da fundação de Florença, e não uma origem livre. Cf. TEIXEIRA, F.C. *Op.cit.* p.29.

que não estão em conformidade com a verdadeira vida livre e civil” (MAQUIAVEL, 2007, p 168-169).

BIBLIOGRAFIA

BIGNOTTO, N. Maquiavel Republicano. São Paulo: Editora Loyola, 1991

_____. Origens do Republicanismo Moderno. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001

BRUNI, Leonardo. History of the Florentine People. Cambridge and London: Harvard University Press, 2001.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GUICCIARDINI, F. Storie Fiorentine. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1998

HANKINS, James. (org.). Renaissance Civic Humanism. Cambridge: Cambridge University Press, 2000

KOSELLECK, R. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

MAQUIAVEL, N. História de Florença. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RUTENBURG, V. I Ciompi nel 1378. In. Il Tumulto dei Ciompi: Un momento di storia fiorentina ed europea. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1981.

SAVONAROLA, J. Tratado sobre o regime de governo da cidade de Florença. Petrópolis: Vozes, 1991.

SESTAN, E. Echi e Giudizi sul Tumulto dei Ciompi. In. Il Tumulto dei Ciompi: Un momento di storia fiorentina ed europea. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1981.

TEIXEIRA, F.C. Timoneiros: Retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, PUC-Rio, 2008.